

Sumário

Prefácio	VII
Introdução	3
1 Política do <i>stare decisis</i>	7
1.1 Aproximação da matéria.....	8
1.2 Critérios e conceitos que orientam a operacionalização dos precedentes.....	13
1.2.1 <i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i>	14
1.2.2 Métodos de identificação do <i>ratio decidendi</i>	18
1.2.3 Associação e distinção do precedente.....	23
1.2.4 Superação do precedente.....	28
1.2.5 Diferenciação das decisões vinculantes.....	30
1.2.5.1 Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	30
1.2.5.2 Precedente.....	32
1.2.5.3 Súmula	35
1.2.6 Modelos colegiados de decisão.....	40
1.2.7 Eficácia transcendente da fundamentação.....	43
2 Enunciado 609 da Súmula do STJ	45
2.1 Características do enunciado.....	45
2.2 Análise das decisões que deram origem ao enunciado 609 da Súmula do STJ	48
2.2.1 Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial n. 177.250 MT	48

2.2.2 Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial n. 330.295 RS	50
2.2.3 Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial n. 353.692 DF.....	54
2.2.4 Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial n. 429.292 GO.....	56
2.2.5 Agravo Regimental no Recurso Especial n. 1.299.589 SP	59
2.2.6 Agravo Regimental no Recurso Especial n. 1.359.184 SP.....	61
2.2.7 Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial n. 767.967 RS	65
2.2.8 Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial n. 826.988 MT	68
2.2.9 Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial n. 868.485 RS.....	71
2.2.10 Agravo Interno no Recurso Especial n. 1.280.544 PR	74
2.2.11 Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial n. 237.692 SC	77
2.2.12 Recurso Especial n. 1.230.233 MG	79
2.3 Análise dos precedentes que aplicaram o entendimento da tese jurídica do enunciado 609 da Súmula do STJ para contratos de plano de saúde	81
2.3.1 Recurso Especial n. 86.095, de São Paulo	83
2.3.2 Recurso Especial n. 198.015, de Goiás	86
2.3.3 Recurso Especial n. 89.412, de São Paulo	89

3 Análise da técnica de indicação dos precedentes	93
3.1 Arcabouço normativo referente à doença preexistente nos contratos de plano de saúde	93
3.1.1 Princípio da boa-fé nos contratos de seguro.....	94
3.1.2 Definição de doença preexistente pela legislação vigente....	101
3.1.3 Exclusão de cobertura, suspensão ou rescisão do contrato em caso de doença preexistente.....	105
3.2 O princípio da legalidade e o ativismo judicial	115
3.2.1 Legalidade como forma de garantia de previsibilidade...	122
3.2.2 Legalidade como forma de limitação de poder	124
3.3 Necessidade de modulação do enunciado 609 da Súmula do STJ	135
3.3.1 Aplicação da técnica de criação de precedentes na edição do enunciado 609 da Súmula do STJ no precedente originário que trata de contrato de plano de saúde. Recurso Especial n. 1.230.233 MG.....	136
3.3.2 Aplicação da técnica de criação de precedentes nos julgados originários da tese jurídica	143
3.3.2.1 Recurso Especial n. 86.095 SP vs. tese jurídica do enunciado sumular n. 609	145
3.3.2.2 Recurso Especial n. 198.015 de Goiás vs. tese jurídica do enunciado sumular n. 609	147
3.3.2.3 Recurso Especial n. 89.412 de São Paulo vs. tese jurídica do enunciado sumular n. 609	149
3.3.3 Razões pelas quais o enunciado não deveria abarcar os contratos de plano de saúde	152
3.3.3.1 Precedentes originários desatualizados quanto ao marco regulatório	152

3.3.3.2 Seguro de vida vs. Plano de saúde.....	154
3.3.4 Sugestão de modulação do enunciado 609 da Súmula do STJ	155
Conclusão	159
Referências.....	163
Anexo I.....	187